

POVOS KARAJÁ, TAPUIO E AVÁ-CANOEIRO: DESAFIOS DE (RE)EXISTÊNCIA**KARAJÁ, TAPUIO AND AVÁ-CANOEIRO PEOPLES: CHALLENGES IN RE (EXISTENCE)****Lorraine Gomes da Silva**

<lorrannegomes@gmail.com>

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil, professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Cora Coralina, Cidade de Goiás, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Língua, Literatura e Interculturalidade e do curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. Goiás, Goiás, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3130563394184110>

Sélvia Carneiro de Lima

<selvia_lima@yahoo.com.br>

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Professora de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Inhumas
<http://lattes.cnpq.br/5157355214736866>

Edevaldo Aparecido de Souza

<ediueg@gmail.com>

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (2016), doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Uberlândia (2013). É professor titular da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Quirinópolis e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia pela Universidade do estado de Goiás (UNEMAT)
<http://lattes.cnpq.br/5454426936516958>

RESUMO

No território goiano há atualmente três povos indígenas aldeados: Karajá, Tapuio e Avá-Canoeiro. A localização de suas Terras Indígenas revelam o processo de conquista do interior do atual território brasileiro pelos colonizadores e as políticas de ocupação e desenvolvimento econômico adotados no Brasil referentes as regiões interioranas. A (re)existência indígena até os dias de hoje contra toda sorte de pressões e violências em afirmarem sua origem étnica e o valor atribuído aos seus territórios ancestrais revelam uma resiliência que vai sendo fortalecida nos seus projetos próprios de futuro. Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa com pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo. Autores como Lima (2010); Moura (2006); Silva (2010, 2016), dentre outros foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Povo indígena Karajá; Povo indígena Avá-Canoeiro; Povo indígena Tapuio; Re (existência).

ABSTRACT

Throughout the Goiás State territory, there are three indigenous lands demarcated and three peoples: Karajá, Tapuio and Avá-Canoeiro. The indigenous lands location reveal the domination process in the Brazilian territory by colonizers and the occupation and economical development policies in Brazil regarding the countryside regions. Indigineous re (existence) shows a degree of resilience that has been empowered by their own future-related projects, despite all sorts of pressure and violence regarding ethnical origin and value attribution to their ancertors territory. This work was developed from a qualitative, bibliographic and field research. Authors such as Lima (2010), Moura (2008), Silva (2005), among others were essential to develop this text.

KEYWORDS: Karajá Indigenous People; Tapuio Indigenous People; Avá-Canoeiro Indigenous People; Re(existence).



INTRODUÇÃO

No que tange a presença de indígenas aldeados e Terras indígenas o atual território goiano apresenta uma diversidade étnica bastante reduzida. Totalizando três Terras Indígenas, das quais duas são descontínuas, e três povos aldeados. Esse cenário aponta para um histórico de resistência dos indígenas aos diversos anos de invasões, expulsões, prisões, mortes e reocupação de seus territórios tradicionais.

As aldeias existentes no território goiano são caracterizadas por pequenos núcleos demográficos que marcam a diversidade étnica do território goiano. Mas, é pela resiliência em afirmarem-se como indígenas durante anos de pressões dos colonizadores, e depois da sociedade nacional, é que pode-se reconhecer os Karajá, os Avá-Canoeiro e os Tapuio, como mestres de sabedoria e força por (re)existirem historicamente contra diversas investidas de violência física, social, cultural e epistêmica.

A localização de cada Terra Indígena em Goiás e de cada um desses povos representa um modo de narrar à história que esculpiu a formação do Brasil. Esses povos mostram que escolheram maneiras de continuar lutando por si mesmos e pela cosmovisão que permeia suas escolhas e seus modos de ser, estar e explicar o mundo. Desde o investimento na educação escolar indígena, como as parcerias com Instituições de Ensino Superior e Organização não-governamental – ONG's dentre outros, são algumas das características do atual cenário de luta política dos indígenas para a concretude de direitos relacionados aos territórios, a educação, saúde e integridade física e cultural.

Assim, o cenário de luta e (re)existência dos indígenas no Brasil envolve ora negociações, ora lutas irredutíveis junto aos órgãos do governo, e demais instâncias de poder, contra os interesses de diversos grupos que respondem pela exploração capitalista no Brasil e no mundo e que assolam os limites das Terras Indígenas com o fim de explorarem seus recursos, seu entorno e por fim expropriarem os povos de seus lugares de origem e/ou de moradia.

Contudo, a luta política por garantia e concretização de direitos para asseverarem que cada povo indígena exista a partir de seus próprios termos, constitui-se, ainda hoje no século XXI,

um desafio que cada povo parece ter desde o início do processo de colonização de nossas terras. O texto que segue fará uma breve apresentação e contextualização histórica e sociocultural dos povos indígenas que viviam em Goiás.

POVOS INDÍGENAS DO TERRITÓRIO GOIANO

As informações históricas referentes aos povos indígenas existentes na região Goiás/Tocantins na época da colonização, de acordo com Trindade (2009, p.22), estão baseadas apenas “em relatórios de viajantes, depoimentos dos próprios índios e documentos oficiais do governo”. Dessa forma, nota-se a escassez de pesquisas e dados, que segundo Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (2005, p.281):

Se houvesse uma etnografia das populações indígenas quando os bandeirantes as acharam, seria possível obter uma visão da vida pré-colonial dos nativos. O que há são imagens de viajantes e etnógrafos do século XIX sobre os indígenas sobreviventes do violento impacto da colonização branca, que desestruturou a sociedade nativa e criou outra, à moda dos brancos. Os hábitos, a economia e a maioria da cultura dos índios já tinham sido destruídos ou absorvidos. A etnografia existente não retrata, pois, a vida dos indígenas antes da chegada dos brancos. Isso vale para as numerosas populações nativas que atacaram, desesperadas, os arraiais dos colonos, antes de serem “pacificadas”, e para as reduzidas populações aldeadas e completamente desaculturadas pelos colonizadores.

Segundo relatos de Pohl (1976), na época da colonização, apesar da ausência de documentação (registros oficiais), há indícios da presença de cinquenta mil indígenas na região Goiás-Tocantins, entre eles: Goya, Krixá, Kayapó, Xavante, Araés, Canoeiro, Apinajé, Capepuxi, Temimbó, Amadu, Xerente, Tapirapé, Poxeti, Karajá, Gradaú, Tecemedu, Guiaguçu, Porecramecrã, Curemecrá, Akroá e Xacriabá.

A maioria das línguas que eram faladas no atual território goiano pertenciam a diferentes famílias do tronco linguístico Macro-Jê: língua Karajá, família Karajá, e línguas dos povos Akuen, Kayapó e Timbira, família Jê (RODRIGUES 1999). Outros povos pertencentes ao tronco Tupí, família Tupi-Guarani: o Avá-Canoeiro, o Tapirapé e o Guajajara (RODRIGUES 1984/1985; RODRIGUES & CABRAL, 2002). Além da diversidade linguística, havia diferenças culturais, modo de vida e costumes distintos e particulares.

Nesse cenário, Apolinário (2006) diz que os índios eram denominados como seres estranhos, por não conhecerem e, notadamente, não vivenciarem as leis, regras e normas dos

colonizadores, vistos como animais, deveriam ter a sua ferocidade domesticada e amansada em benefício do projeto português de expansão territorial, econômica e da fé católica.

Considera-se que essas características relacionadas aos indígenas é produto da política de governo na época colonial e se voltava para a apropriação do “índio” como mão-de-obra. Já que somente no século XIX, com a formação do Estado Brasileiro, que a “questão indígena” se tornou uma questão agrária.

Em suma, a resistência dos povos indígenas contra todos os processos de dominação e invasões em suas terras e vidas, marca os confrontos, conflitos, massacres e extermínios no território goiano. Conforme Alencastre (1970, P. 59): “Desde o início do setecentos, a ocupação de Goiás se caracterizou pela frequente presença de graves e sanguinários conflitos entre as expedições colonizadoras e os “brabos” naturais, com inúmeras perdas de vida.

Com o avanço da colonização de Goiás, Chaim (1983, P. 50) ressalta que: “Os povos indígenas ficaram sujeitos à violência praticada por seus agentes o que acabou por reduzir as nações indígenas Xacriabá e Avá-Canoeiro, e o extermínio dos índios Goyá, Crixá, Kayapó Meridional, Akroá, entre outros grupos”.

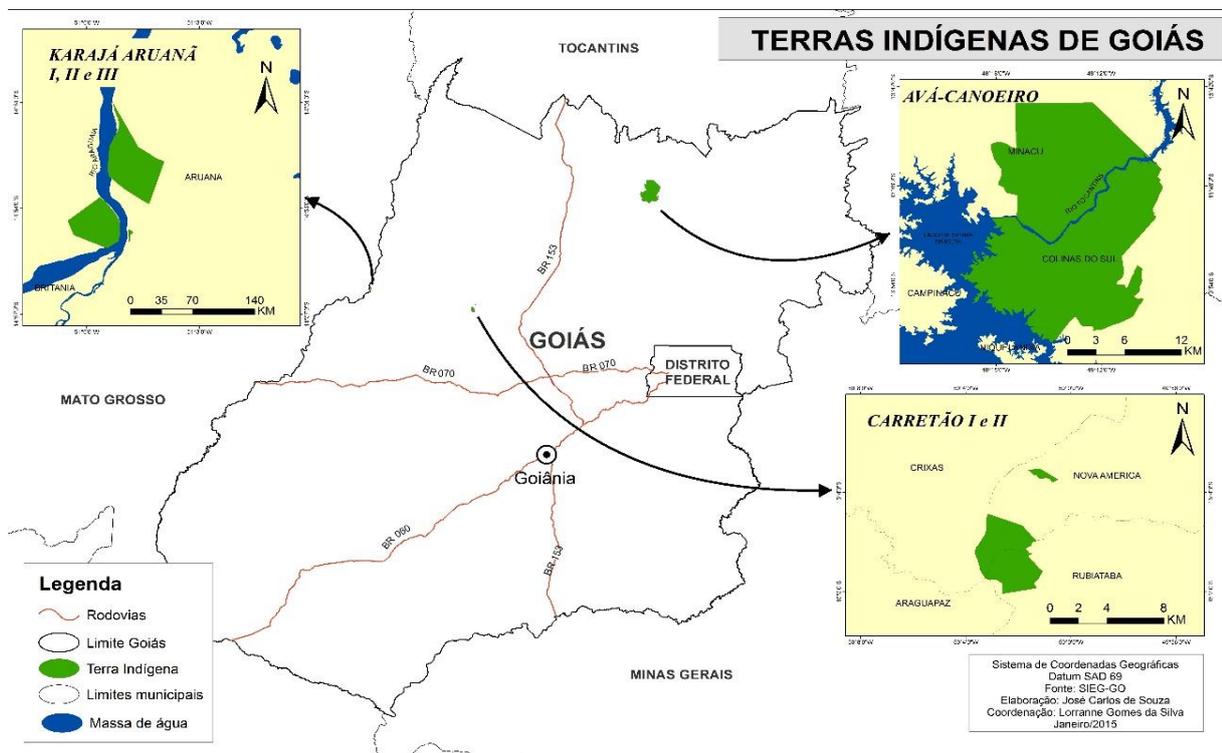
Depois de décadas de extermínio, em 2018, no território goiano existem apenas três Terras Indígenas: do povo Karajá no município de Aruanã (três áreas descontinuas), do Avá-Canoeiro, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul e do povo Tapuio no município de Rubiataba e Nova América (duas áreas descontinuas), conforme mostra, a seguir, o mapa 01 de localização.

Cabe ainda ressaltar a presença dos Xavante (60 pessoas aproximadamente) Xiguano e Chiquitano na cidade de Aragarças/GO¹ e dos Tapirapé que vivem com a família Avá-Canoeiro em Minaçu/GO.

A espacialização das Terras Indígenas em Goiás, representada no mapa 01, revela o histórico de ocupação do território goiano com a atividade agropecuária, a partir do sul, que foi,

¹ Aragarças é um município goiano que faz divisa com o estado do Mato Grosso onde as aldeias do povo indígena Xavante estão localizadas. Nos últimos anos em busca de educação e melhores condições de vida, muitos indígenas têm deslocado para a cidade. O estado de Goiás colabora contratando professores interpretes da língua materna, respeitando as normas tradicionais de divisão de clãs. Esses professores interpretes também atendem os povos Chiquitano e Xiguano. Portanto, compreende-se que o estado ainda não assumiu de forma plena e adequada as necessidades desses povos, oferecendo uma educação não indígena e direitos esfacelados. Mas, é também preciso considerar que a política no que tange a Educação Escolar Indígena e o atendimento desses povos que se encontram nesse fenômeno de migração para o território goiano revela-se ainda embrionária e se abre a diversas possibilidades de pesquisa e estudos.

Mapa 01: Terras Indígenas em Goiás



Fonte: SIEG/GO, 2015

durante o processo de reocupação² do interior do atual território brasileiro, ao longo de séculos, a região mais povoada.

Essa lógica regional mostra que os processos de chacina, de extermínio e de expulsão dos povos indígenas de seus territórios de origens aconteceram pela volúpia economicista, em conformidade com a estrutura do território goiano, que deu suporte ao uso da terra motivado pelas políticas territoriais.

Mas à medida que o processo de modernização se intensificou a ação sobre o território, mesmo nas áreas que, anteriormente, não se apresentavam tão valorizadas tornaram-se objeto de cobiça, o que fez resultar em pressões de diferentes estirpes e pesos sobre cada povo a partir da localização e dos recursos que cada território detinha ou poderia ter.

² Utilizamos o termo (re)ocupação por concordarmos com o ponto de vista explicitado na exposição do professor Dr^o. Roosevelt José Santos, da Universidade Federal de Uberlândia, em palestra proferida no Grupo de estudos e pesquisas Geografia, Sujeito e Existência - Dona Alzira, do IESA-UFG em 2016, segundo o qual ao se tratar de territórios que já estavam ocupados, como o caso do território a que estamos nos referindo, o termo correto é reocupação.

Nos estudos mais recentes sobre a inserção do território goiano no circuito do capitalismo global, os estudos de Borges (2007) fazem referência a importância do desenvolvimento da agricultura como a principal atividade responsável por gerar mudanças estruturais na dinâmica econômica de Goiás inserindo-o definitivamente no circuito do capitalismo global.

Os estudos contemporâneos sobre a modernização do território goiano colocam como ênfase a modernização da agricultura vista como carro chefe das mudanças estruturais e da renda fundiária agrícola, que inseriu a região na dinâmica do capitalismo globalizado. Essa dinâmica captura o Estado Nacional, reorientando sua gestão do território, conduzindo o Estado a uma fase minimalista, exigência do modelo neoliberal (BORGES 2007, P.37).

Observa-se que as várias fases da história de Goiás (o período bandeirantista; a formação da fazenda; o processo de modernização; a urbanização) trouxeram problemas para os povos indígenas, como a expropriação de territórios de origens, massacres, deslocamentos, extermínio completo de povos inteiros, dentre outras formas de violência como a psicossocial, a epistêmica.

Mesmo diante desse cenário, os dados do IBGE (CENSO 2010) acusam a existência de 9.708 (nove mil setecentos e oito) pessoas que se auto declararam indígenas em Goiás, e destas, apenas 500 pessoas, aproximadamente, moram em aldeias e se dividem em três povos, como abordado anteriormente.

Sem pretensão de um estudo exaustivo a respeito de cada povo de Goiás, e lembrando que há bibliografia e pesquisas significativas a respeito dos Karajá de Aruanã, dos Avá-Canoeiro e dos Tapuio, apresenta-se a seguir de maneira sucinta cada povo indígena e alguns dos aspectos que tem caracterizado o atual quadro de (re)existência desses sujeitos.

O POVO INDÍGENA KARAJÁ DE ARUANÃ³

O povo indígena Karajá se autodenomina *Iny*, cujo significado é “nós”, “nós mesmos”. O nome Karajá é de origem Tupi, cujo significado aproxima-se de “macaco grande” (ISA, 2015). De

³ Essa discussão refere-se, basicamente, a pesquisa desenvolvida durante o Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Goiás, defendido em 2010, pela autora Sélvia Carneiro de Lima e, posteriormente, em projetos de pesquisa coordenado pela autora Lorrane Gomes da Silva no âmbito da Universidade Estadual de Goiás e de seus trabalhos de mestrado e doutorado desenvolvidos na Universidade Federal de Goiás, em 2010 (dissertação) e 2016 (tese).

acordo com Rodrigues (1999), pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três línguas: Karajá (GO/MT), Javaé e Xambioá (TO).

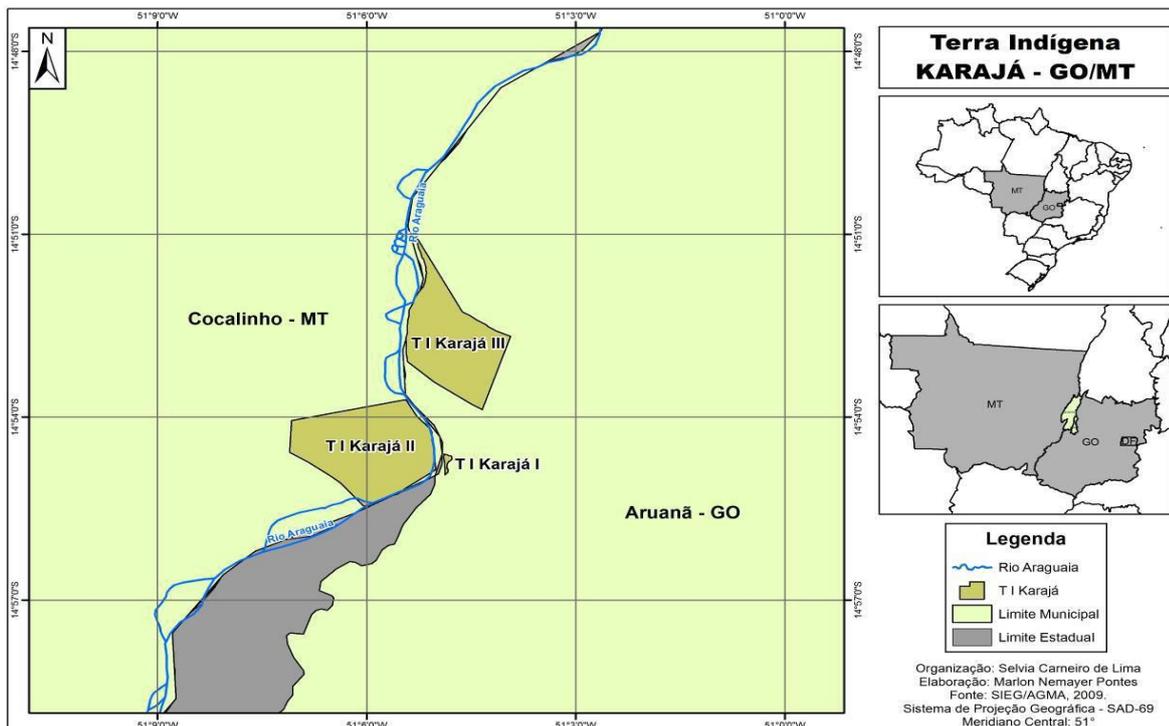
Segundo dados do IBGE (2010), o povo Karajá soma aproximadamente 3.000 índios e vive em cerca de 29 aldeias espalhadas ao longo do vale do rio Araguaia e afluentes. O maior quantitativo de aldeias localiza-se na Ilha do Bananal, estado do Tocantins. Toral (1992) afirma que, historicamente, as maiores aldeias tinham em torno de 400 pessoas com famílias extensas e que o número médio de moradores por casa era de aproximadamente 08 pessoas.

Conforme Salera Júnior; Malvasio e Giralдин (2006), as aldeias dos subgrupos Karajá e Xambioá estão às margens do Araguaia; as dos Javaé ficam às margens do rio Javaés, um braço menor do rio Araguaia, que contorna a parte leste da Ilha do Bananal, no Tocantins.

De acordo com dados da SESAI (2016), o povo Karajá localizado no município de Aruanã, no estado de Goiás somam, aproximadamente 361 pessoas, distribuídas em duas aldeias. Uma denominada Buridina com 160 pessoas, localiza-se na Terra Indígena I, no centro da cidade de Aruanã e a outra conhecida como *BdèBure*, com 85 pessoas, localiza-se na Terra Indígena III, no município de Aruanã. Há ainda em Goiás 116 índios dessa etnia que se encontram desaldeados.

A Terra Indígena Karajá foi homologada no ano 2000, e encontra-se dividida em três áreas, portanto, é descontínua, conforme verifica-se nos dados a seguir. A área I, onde está a aldeia Buridina, possui 14 ha. A área II situa-se no estado de Mato Grosso, no município de Cocalinho, na margem oposta da Terra Indígena I, com 893 ha. Essa constitui-se área de caça, pesca e coleta, primordial para a vida desse povo, porém, apresenta restrição de uso ao longo do ano em função do alagamento provocado pelo período chuvoso; e a área III onde localiza-se a aldeia *BdèBure*, é uma área bastante utilizada para plantio, com vegetação original muito impactada por pastagens, processo iniciado anteriormente à demarcação da Terra Indígena. O mapa 02 mostra a localização das três áreas que compõem a T.I Karajá.

Mapa 02: Localização das três áreas que compõem a Terra Indígena do Povo Karajá de Aruanã/GO/BR



Fonte: LIMA, Sélvia Carneiro de Lima (2010). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás

Apesar da conquista legal em relação à demarcação e homologação da Terra Indígena Karajá de Aruanã, é necessário salientar a característica de fragmentação e restrição do território tradicionalmente ocupado por este povo, conforme adverte Lima (2010, p.12):

A redução do território Karajá as três áreas demarcadas; a coleta da matéria-prima para a produção artesanal tem sido cada vez mais difícil em função da degradação ambiental instalada no município e pela restrição imposta pela propriedade privada e pela própria delimitação do território de vivência impostos a eles; o crescimento da população indígena o que implica a insuficiência do território para a sobrevivência de todos; o desmatamento intenso já existente principalmente na terra III, anterior a demarcação; os alagamentos que ocorrem nas Terras II e III que inviabilizam o plantio de roças e coleta na maior parte do ano e as atividades do turismo, que “invade” e reorganiza a vida indígena.

Em relação a cosmovisão, os Karajá possui como um dos elementos centrais para o desenvolvimento da vida o rio Araguaia. Esse é o eixo condutor da cosmologia Karajá, portanto, um rio sagrado. Por outro lado, este rio é também o eixo aglutinador essencial para o desenvolvimento da atividade turística nessa região, principalmente, com a formação das praias no período da estação seca, que atraem turistas de todas as partes do Brasil e do mundo para um período de descanso e lazer.

As margens do Araguaia, antes território, basicamente, exclusivo dos indígenas Karajá, hoje é um lugar de sobreposição de significados e usos: é sagrado para esse povo e apresenta valor mercadológico para aqueles que consomem os lugares (ALMEIDA, 2008).

Sobre os Karajá de Aruanã, Lima (2010) ressalta que as múltiplas relações com o rio Araguaia foram construindo os diversos vínculos indenitários presentes no modo de vida indígena. Por isso, mais que sustento, o Araguaia representa, tanto a origem do povo como a extensão da própria existência. É o que fica evidente no mito de origem Karajá ao apontar o forte vínculo entre território e cultura, território e produção da vida.

Os Karajá viviam debaixo do fundo da água, não viviam aqui fora, na terra. WOUBEDU era o cacique desta aldeia (submersa). Engraçado que ele tinha duas mulheres e uma mulher dele ganhou nenê e o índio sempre costuma oferecer mel à mulher que dá à luz. Diz que lá no fundo não tinha árvore e eles pegavam mel no cupim, arrebetava e tirava o mel. Quando foi certa tarde ele foi andando na praia e afastou bem longe. Quando chegou num certo ponto da praia ele abriu a ponta da água e saiu fora e viu um mundo diferente que era aqui. (Mito de origem Karajá narrado pelo Cacique Hawakati da aldeia Buridina, Aruanã - GO. Coletado em 1967 pela Prof^a. Dra. Maria Augusta Calado, da Universidade Federal de Goiás. Pesquisado em 11/11/17 no site <http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM63-05.htm>.).

É deste rio e de suas espécimes que vem grande parte do sustento material dos Karajá e seu curso tem mantido o povo na região até os dias de hoje. Portanto, com as intensas relações entre indígenas e não indígenas, as ressignificações culturais foram e parecem ser ainda inevitáveis, ou seja, as mudanças socioculturais no que diz respeito à cultura e aos elementos que a compõem como alimentação, rituais, língua, alimentação, entre outros, são presentes na realidade desse povo e intensificados pelas atividades econômicas da pecuária e do turismo, bem como pela inserção de novas tecnologias.

Desse modo, o “fascínio” pelas mercadorias peculiares aos não indígenas; os casamentos interétnicos e os objetos adquiridos pelas trocas comerciais adentram a vida indígena. Aos poucos, objetos de toda espécie como as roupas, os perfumes, os automóveis, a alimentação, as tecnologias, além das normas e regras, a moda, a música e as danças dos não indígenas chegaram à aldeia, criando um cenário de modificações e ressignificações na vida social e cultural.

Novos símbolos e valores, crenças e costumes, entrecruzaram-se em Aruanã a vida indígena, ditando novos hábitos e maneiras de viver, impondo novas relações de tempo e espaço entre as gerações. As marcas dos indígenas também são visíveis no município, há pinturas e nomes

que batizam os lugares em Aruanã assinalando um ambiente de mistura entre elementos que caracterizam a tradição indígena e a modernidade.

Compreende-se que há um estágio anterior ao anterior, e cada geração herda um arcabouço linguístico e cultural para lidar com a realidade a que estão inseridos. A resignificação da cultura parece ser um traço que evidencia uma estratégia desse povo para se afirmar, negociando com a sociedade elementos culturais e objetos tecnológicos que vão sendo utilizados nos próprios termos dos indígenas, de acordo com o interesse da comunidade. Entre tradição e modernidade, aparece a dualidade de tempos e espaços que marcam e mesclam o mundo indígena e não indígena.

É sobre esse território indígena, retratado desde o século XVIII, na historiografia nacional como *locus* de pertença dos Karajá, que a cidade de Aruanã foi erigida.

Este município está localizado na área de influência da Estrada do Boi, cujos municípios vizinhos, historicamente, exibem vocação para a atividade pecuária e apresentam um dos maiores rebanhos do estado de Goiás. Essa é uma afirmação constatada ao observar os dados do IBGE (2014), segundo os quais o município apresentou o maior rebanho da região, com cerca de 246.000 cabeças de gado.

De acordo com os dados da Secretaria de Estado e Desenvolvimento do Turismo de Goiás (2016), Aruanã é também o portão de entrada para o Vale do Araguaia e tem como principais atrações turísticas a piscosidade de suas águas, diversos lagos e os meandros do rio Araguaia, que compõem, com suas praias, um dos mais belos cartões postais do Brasil.

A atração da paisagem pelo consumo do lugar não deu ao povo Karajá escolha no que tange à decisão de participar ou não do afluxo turístico que marca Aruanã. Sem muito planejamento, os investimentos foram chegando. Foram construídas pousadas, hotéis, casas, chalés, restaurantes e vários outros atrativos. De acordo com Nunes (2013, p. 05):

Aruanã é provavelmente a cidade na beira do Araguaia onde o turismo é mais intenso. Há inúmeras pousadas, hotéis, e mansões de veraneio, algumas delas voltadas para um turismo de luxo, com diárias que chegam a custar cerca de 350,00 reais. Durante o mês de julho, a prefeitura da cidade promove a Temporada Turística de Aruanã, oferecendo shows gratuitos à população e aos visitantes todas as noites de sexta-feira e sábado durante esse mês. Índios e regionais se referem a essa época simplesmente como temporada. A prefeitura estima que, só no mês de julho, mais de 600.000 pessoas passem pela cidade que, segundo o último censo, conta apenas 7.496 pessoas. Outros períodos, como o carnaval, feriados, o aniversário da cidade e o mês de maio (quando os cardumes que sobem o rio anualmente estão passando pela região), também atraem turistas para Aruanã, embora em quantidade muito menor que na temporada.

Às margens do rio Araguaia, sobretudo, no mês de julho, mês da alta temporada, por corresponder ao período de férias escolares em Goiás, é possível encontrar um grande fluxo demográfico nos condomínios, casas e acampamentos, praças, restaurantes, bares, ruas.

Na intensa ocupação dos espaços pelo turismo, a Terra Indígena Karajá não foi poupada. No período de alta temporada, há presença de acampamentos provisórios dentro da área II, que corresponde à formação de praia mais próximo do centro da cidade. Na área I, ao lado da aldeia Buridina, a área do cemitério tradicional também foi solapada pelo interesse mercadológico. Sobre ele, foi construído, sem autorização dos indígenas, um guarda-barcos. Há ainda, escola, ruas e casas construídas e ocupadas nesta terra.

Desse modo, as conquistas legais não se concretizaram em conquistas efetivas na garantia dos direitos territoriais dos Karajá. Interesses econômicos continuam usurpando o direito à vida e prejudicando o uso dos territórios indígenas em Aruanã, à medida que ressignificações socioculturais são intensificadas.

Os Karajá de Aruanã inserem-se, portanto, em um contexto de interesse maciço do capital. Pela via do turismo e da pecuária, as relações econômicas e políticas incidem com força, transformando a paisagem do vale do Araguaia, bem como a rotina da vida indígena.

Imagem explorada como atrativo exótico para promover o turismo em Aruanã, os Karajá revelam, no século XXI, uma força que se aproxima do conceito de resiliência, mesmo com territórios solapados, vidas estigmatizadas pelo fantasma da drogadição, do alcoolismo, do suicídio, da prostituição, dos conflitos familiares, da falta de esperança quanto ao ensino e uso da língua indígena e da aprendizagem de diversos elementos da cultura como as pinturas, a arte plumária, a cerâmica, os adornos corporais e, inclusive, elementos da natureza, como o peixe Aruanã.

Apesar de a caça, a pesca e a coleta ainda fazerem parte dos costumes desse povo, os alimentos industrializados e a mudança alimentar foram inevitáveis. Economicamente, vivem da venda de artesanato, prestação de serviços em diferentes estabelecimentos comerciais no município, atividades vinculadas ao turismo local e contam com ajuda de programas do governo.

A aprendizagem das cosmologias que fundam a crença do povo mistura-se em Aruanã, emergindo na vida indígena, na qual tradição e modernidade, se juntam e se fundem, a fim de fortalecer a cultura e a vida desse povo.

Neste sentido, os Karajá com suas terras pressionadas por atividades econômicas vinculadas à pecuária e ao turismo, procuram fortalecer sua cultura diante de inúmeras pressões externas exercidas pela própria situação de contato interétnico.

Contudo, hoje, apesar do predomínio do uso na aldeia da língua portuguesa e das diversas ressignificações culturais, os Karajá de Aruanã ainda apresentam forte relação com o rio Araguaia e trabalham para o fortalecimento da cultura de seu povo, em especial, com o reforço da aprendizagem e uso da língua materna, tendo como campo de possibilidade as estratégias educativas desenvolvidas no âmbito da escola indígena existente na aldeia e os projetos relacionados ao museu *Maurehi*, que divulga artefatos peculiares a cultura Karajá.

POVO INDÍGENA TAPUIO

Tapuios quer dizer na língua Tupi *bárbaro* ou *inimigo*. Os Tupi chamavam aqueles que viviam na *Tapuiretama* (no interior) de Tapuios ou Bárbaros. Tal nome era ainda a denominação dada pelos portugueses a indígenas dos grupos que não falavam línguas tupi e que habitavam no interior do Brasil. Seus grupos viviam distantes e independentes uns dos outros. Guerreavam entre si, ou contra os Tupi, ou qualquer povo inimigo dos Tupi.

De acordo com dados históricos, os Tapuios eram nômades (não construíam casas) e paravam onde havia abundância de alimentos. Alimentavam-se com mel de abelhas, cobras e lagartos, plantavam mandioca. Respeitavam as forças da natureza, como o trovão, a lua e o sol, e acreditavam em certos animais, como serpentes, aves e alguns mamíferos, como morcegos (MOURA, 2006).

Praticavam sacrifícios de animais, e até de seres humanos, e também tinham como deus principal a Constelação da Ursa Maior. Não faziam nada sem antes consultar os sábios e anciões da aldeia. As suas armas eram as flechas, arcos e dardos, que usavam com grande habilidade. Também usavam as clavas e machados de mão (MOURA, 2006).

No entanto, as políticas de aldeamento que ocorreram durante a colonização do Brasil foram circunstanciais para redefinir e reconfigurar vários elementos das culturas indígenas, como no caso dos Tapuio. As perseguições e massacres que se sucederam para a apropriação dos territórios marcaram o fim de vários povos. As reestruturações e a resistência desses povos são marcos de lutas e fugas para sobreviver.

A classificação que considera Tapuios foi a que perdurou por mais de quatro séculos e cronistas, governadores, viajantes, missionários, fazendeiros e outros, perpetuaram essa nomenclatura em seus registros e só no alvorecer do século XX os pesquisadores evidenciaram que os Tapuios, na verdade, compreendiam outros grupos étnicos distintos, como os Cariri e os Caraíba.

Assim como o conceito de índio, Tapuios foi um conceito genérico e empregado de forma equivocada pelos colonizadores.

No que concerne ao povo indígena de Goiás essa designação Tapuia ou Tapuio refere-se a um fenômeno mais recente de nossa história que a antropologia retrata como etnogênese. Nesse sentido, a compreensão da origem do povo Tapuio de Goiás é possível ao fazer uma digressão a partir da política de aldeamentos que marcou a conquista de territórios do interior do atual território brasileiro, pelos colonizadores portugueses.

Na época da colonização, marcada por grandes aldeamentos, os Tapuio, eram em torno de 5.000 pessoas. Em 2017 somam aproximadamente mais de 200 pessoas⁴ (IBGE, 2010). Esse dado representa o drástico declínio demográfico desse povo. Segundo Trindade (2009, p. 27):

As informações que se tem a respeito da origem étnica dos Tapuio nem sempre coincidem, mas boa parte delas confirma que se tratam de descendentes dos primeiros habitantes do aldeamento chamado Carretão ou Pedro III, construído na região central da Província de Goiás, em 1788, para abrigar os índios Xavante, subgrupo Akuên. Além dos Xavante, há afirmações dos próprios Tapuio de que também foram levados para esse aldeamento índios Kaiapó do Sul, Xerente, Karajá e Javaé. A essa população se juntaram ainda negros escravos que haviam fugido das fazendas de Goiás, principalmente das cidades de Crixás e de Pilar de Goiás, onde haviam sido levados para trabalhar em minerações. Em suma, os índios Tapuio são resultado da conjunção desses cinco grupos indígenas, todos integrantes do mesmo tronco linguístico Macro-Jê, além de não-indígenas (negros, brancos, pardos, mulatos etc.).

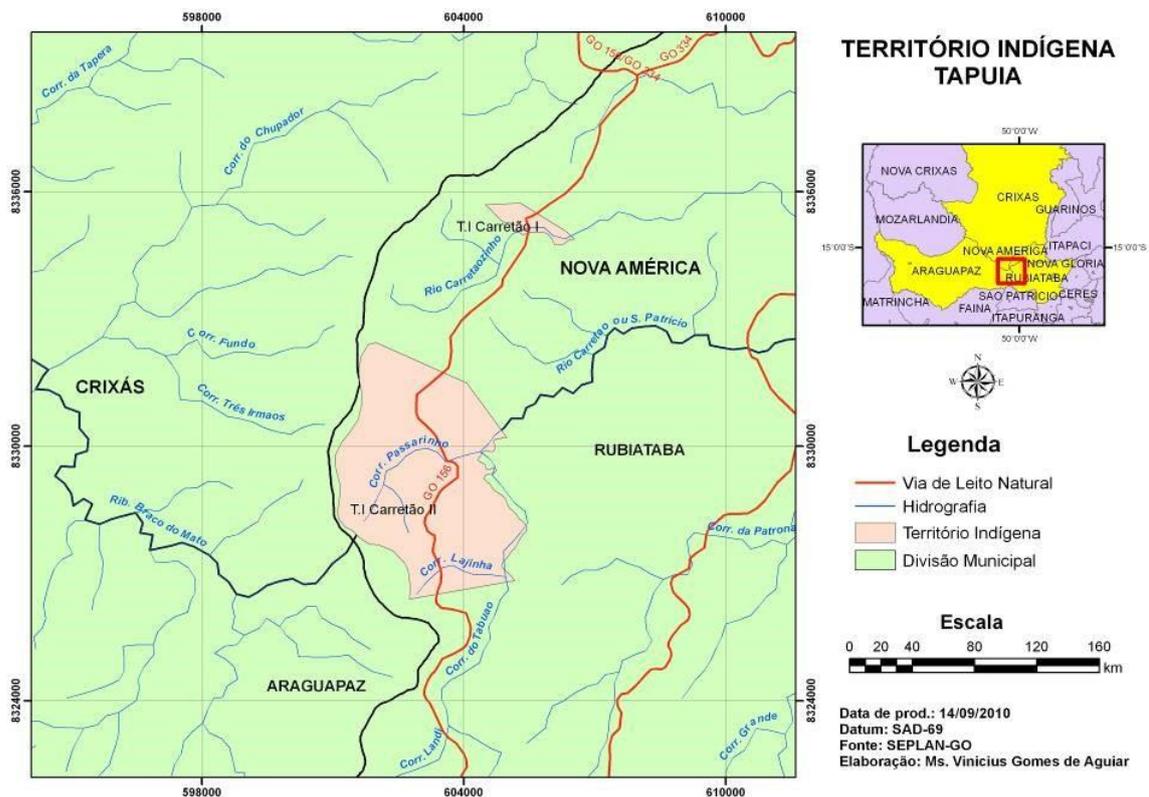
Atualmente, localizam-se no perímetro do antigo território, mas fora da localização original das construções nas Terras Indígenas Carretão, situada entre a Serra Dourada e o rio São Patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América, em Goiás. De acordo com entrevista feita entre os Tapuio o nome Carretão refere-se a uma maneira antiga de transportar pessoas em um carro chamado carretão, que era comum na região.

A Terra Indígena Carretão é composta de duas áreas não contínuas: a área 1, subdividindo-se em área 1-A, localizada no município de Nova América, e área 1-B, localizada no

⁴ Algumas famílias vivem fora das Terras Indígenas Carretão.

município de Rubiataba, que totaliza 1.666 hectares; a área 2 está localizada também no município de Nova América, com uma área de 77 hectares. As duas glebas perfazem um total de 1.743 hectares (mapa 03).

Mapa 03: Áreas que compõem a Terra Indígena Carretão (Povo Tapuia)



As duas áreas que compõem a Terra Indígena Carretão é cortada por vários córregos, o que torna a reserva abundante em água. A região é serrana e as espécies de Cerrado, especialmente o Cerrado *stricto sensu* e o Cerradão, constitui a vegetação natural. Em relação ao relevo possuem muitos aclives e declives. Nesses últimos, é desenvolvida a pecuária extensiva e rudimentar e nos terrenos mais planos predomina o cultivo de diversos gêneros agrícolas.

As casas dos Tapuio são construídas seguindo o modelo camponês, distantes umas das outras, porque entre elas são desenvolvidas pequenas lavouras, em pequenas propriedades. O sustento das famílias que moram na aldeia é extraído do cultivo de víveres em horta comunitária, da criação de animais, da fabricação de farinha, dentre outras atividades.

A Escola Estadual Indígena Cacique José Borges, criada pela Lei 14.812, de 06 de julho de 2004, surgiu com a finalidade de atender à demanda educacional da comunidade Tapuio da Aldeia Indígena Carretão, levando em conta a realidade sociocultural dessa comunidade. Em entrevista com uma das professoras indígenas Tapuio foi mencionado que por meio do trabalho escolar buscam o fortalecimento e o reconhecimento de sua cultura entre indígenas e não indígenas

A luta pelo reconhecimento identitário permeia a história desse povo até mesmo na etimologia do nome Tapuio, que o explica como sendo um olhar do outro, especialmente dos bandeirantes que, de início, interferiram na construção identitária.

Para Oliveira (2000) uma das consequências desta trajetória é a descaracterização étnica, que legou aos Tapuio a necessidade de, repetidas vezes, reafirmarem suas origens étnicas. Na atualidade, a situação não tem sido diferente, mesmo as crianças que vivem nas proximidades da Terra Indígena Carretão não os reconhecem efetivamente, e sabem muito pouco da história deles. De acordo com Bicalho (2015, p.12):

Estas crianças são, na verdade, os filhos dos não indígenas que, direta ou indiretamente se relacionam com os mesmos Tapuia que, recorrentemente, saem da comunidade para procurar trabalho nas fazendas e cidades próximas, como Valdelândia/Rubiataba e Morro Aguado; são as crianças que escutam, muitas vezes, os pais ou os amigos dos pais falarem dos Tapuia de forma pejorativa, preconceituosa e desrespeitosa.

Além de ter provocado uma resignificação da cultura dos Tapuio, a política de aldeamento do período de colonização deixou marcas indelévels como ressalta Ossami de Moura (2008, p. 25):

Os Tapuia são o produto de uma política de aldeamento, e como tal, ressentem ainda hoje as consequências dos processos de pacificação, dominação e deculturação. Desde a data de criação do Aldeamento do Carretão, em 1788, que aqueles povos Xavante, Xerente, Kayapó, Karajá, negros escravos fugidos e brancos pobres, deram início ao longo, violento, desrespeitoso e agressivo processo de surgimento de um povo. Logo, para os Tapuia, o aldeamento representou o seu nascimento, a sua origem mitológica, a sua etnogênese.

Essas marcas também são resultados dos conflitos com os fazendeiros da região pela terra que, como foi explicado anteriormente, “desvalorizavam” a cultura indígena e até negavam a presença dos indígenas para facilitar a apropriação da terra. De acordo com Trindade (2009, p. 41):

Para atingir o objetivo proposto, os fazendeiros procuravam, de antemão, descaracterizar fisicamente os Tapuio como índios, ignorando as contribuições indígenas em sua formação e ligando sua imagem unicamente à dos negros, seus descendentes.

Compassada e simpática, cheia de atrativos e de alta capacidade de receber o outro, inclinada às tramas do lugar mais que aos desvelos universais da cultura, o modo de falar desse povo foi um argumento utilizado pelos fazendeiros para também negar a identidade indígena. Apesar até mesmo de alguns estudos afirmarem que os Tapuio não tem língua própria, eles defendem que tem sim: o português Tapuio que é caracterizado pelos termos; palavras; significados; modo de falar; entre outras variações particulares desse povo⁵.

Conforme entrevista realizada com a professora Eunice da R. Moraes Rodrigues Tapuia feita por Marques (2014, p.11):

O português Tapuia é uma língua porque é o conjunto de códigos usados na comunicação, serve para expressar a visão de mundo e o próprio mundo Tapuia, [é a] língua materna, pois é nossa identidade, assim como nós, ela é o resultado de um processo histórico e é formado como nós de grupos que se juntaram e se transformaram para se tornar um só.

Tal fato nos permite rememorar como a história é atravessada por contradições. Durante o período colonial, a Língua Portuguesa foi imposta aos indígenas como única aceitável e, atualmente, no caso dos Tapuio, “índio, para ser índio, não pode falar português”. Observa-se que o aliciamento dos bens indígenas inclui a sua cultura e o sentido histórico dela.

Uma corrente museificadora, especialmente filiada aos interesses de fazendeiros para retirar a legitimidade identitária dos povos indígenas, geralmente insiste em criar um imaginário em que “os jovens tapuia bebem muito, jogam futebol, estudam, veem televisão etc”, como se tivessem condenados a abandonar o mundo real e as conquistas sociais coletivas como a educação. Por meio desse imaginário, cabe aos povos indígenas, especialmente os jovens, ficar à margem dessas conquistas. Para Silva (2000, p.04):

Devemos ter sempre em mente que se dizer índio implica suportar todo o peso de uma identidade institucionalizada, imposta sobre certos grupos socioculturalmente diferenciados, partindo de atributos “escolhidos” para operacionalizar uma administração, ao mesmo tempo que, o ser indígena se refere a representações que povoam o senso comum.

Deve-se observar que, em qualquer sociedade, mas especialmente nas contemporâneas, as significações e os elementos que constituem uma identidade são muito complexos. Silva (2000, p. 10) afirma que:

⁵ Ver trabalhos de Borges (2013); Trindade (2009).

A situação histórica dos tapuios me faz perceber que enquanto se pensar nos índios como “outros” radicalmente diferentes desde sempre e em qualquer circunstância, não se poderá encarar suas ações e reações (rituais, políticas, etc.) como um comportamento criativo, i.e., construído em relação contrastiva com seus próprios “outros”, mas apenas enquanto um comportamento imutável e etnograficamente estranho.

Apesar da existência de conflitos materiais, institucionais e objetivos, bem como de níveis subjetivos como os imaginários e de imagens, o povo Tapuio resistiu – e resiste. Recebe apoio de setores organizados de diferentes estirpes e age diariamente, constituindo, com a sua vida, o seu lugar no território em disputa, tal como é o cerrado atual.

A Terra Indígena Carretão foi homologada em 1990, apesar de anos de luta, ainda não tem garantia da ampliação da demarcação de suas terras. Isso interfere na permanência em seus territórios e inviabiliza a possibilidade de que tenham autonomia na produção de sua vida. Tal fato é um problema que provoca entrave em vários aspectos do seu modo de sua vida, principalmente na realização de suas práticas culturais, bem como na permanência de todas as famílias Tapuio em seu território.

A enorme quantidade de sujeitos indígenas que vivem fora da Terra Indígena impõe uma cisão interna entre parentes que ficam e que saem. Essa questão também interfere nos conflitos identitários que se reacendem ao longo dos anos, como se pode constatar a partir da ideologia dos fazendeiros, que apregoam “que aquele povo não é índio”.

Por outro lado, a escola indígena tem contribuído para o fortalecimento cultural e identitário desse povo, sobretudo, no que se refere a autonomia e gestão de suas terras e recursos.

É preciso refletir, assim, sobre a questão de como diferentes segmentos sociais organizados constroem o seu arco de poder e sobre como conteúdos culturais específicos podem articular, organizar demandas e pressionar o Estado a desenvolver sua condição de sujeito coletivo.

Um povo alegre e aberto ao outro: essa é a impressão que fica quando se aproxima dos Tapuia. São os relatos do futebol, do cultivo das hortas, das conquistas das lidas diárias com o gado e outras atividades. As brincadeiras e intermináveis rodas de conversa ao relento ainda fazem parte de suas vidas.

Portanto, os Tapuio, a todo o momento, têm que desenvolver estratégias e táticas para a constituição e afirmação de sua identidade étnica frente à sociedade não indígena. Um código rígido interno determina que não podem beber bebidas alcoólicas e fazer vandalismo. Outros

preceitos são uma vigilância necessária para a construção de sua consciência coletiva e para a imposição do respeito à comunidade externa.

Nas pesquisas de campo o que se viu na comunidade é a marca de duas palavras que se imbricam: resistência e esperança. O povo Tapuio resiste às entranhas de um tempo histórico pontuado de massacres e desrespeito aos povos indígenas e vai se tornando, a cada desafio, protagonista de seus projetos de futuro.

POVO INDÍGENA AVÁ-CANOEIRO

O povo indígena Avá-Canoeiro, como a maioria dos povos indígenas do Brasil, tem sua história marcada por extermínios e uma quase extinção da etnia. Para Rodrigues (2013, p. 01): “O histórico dos Avá-Canoeiro e sua situação atual podem ser considerados como um dos mais dramáticos exemplos de opressão vivida por um povo indígena em solo brasileiro”.

Os primeiros registros sobre o povo Avá-Canoeiro são do final do século XVIII. Barbosa; Schmitz; Teixeira Neto e Gomes (2014) considera, em cerca de 600 anos, a presença dos índios Avá-Canoeiro às margens do rio Claro e rio Araguaia em Goiás.

O povo indígena Avá-Canoeiro tem uma língua própria, pertencente ao sub-ramo IV da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi. Para Borges (2006, p. 26), o Avá-Canoeiro “é uma língua altamente ameaçada de extinção, devido ao reduzido número de falantes, e praticamente sem documentação disponível e estudos feitos”. Portanto, a partir de 2016 com a “criação” da extensão Escolar Indígena *Ikatoté*⁶ espera-se que a língua indígena seja fortalecida como também elementos da cultura Avá-Canoeiro.

O termo “*awã*” na língua Avá-Canoeiro, como em outras línguas tupi-guarani, significa gente, pessoa, ser humano, homem adulto. O cognome “*canoeiro*” deve-se à habilidade para navegar canoas e *ubás*⁷ pelas correntezas dos rios. De acordo com Silva (2005, p.16): “Os Avá-Canoeiro autodesignam-se *awa*, ‘gente’, em oposição a *maira*, ‘não-indígena’”.

⁶ Em 2015, a CTL de Minaçu informou oficialmente a SEDUCE/GO sobre a necessidade de implementação de educação escolar diferenciada e específica para os Avá-Canoeiro, uma vez que a mesma havia sido interrompida em 2009. Em maio de 2016, a Extensão Escolar Indígena *Ikatoté* foi criada na Terra Indígena Avá-Canoeiro e está sendo implementada até o presente momento para se transformar em unidade escolar e não apenas uma extensão.

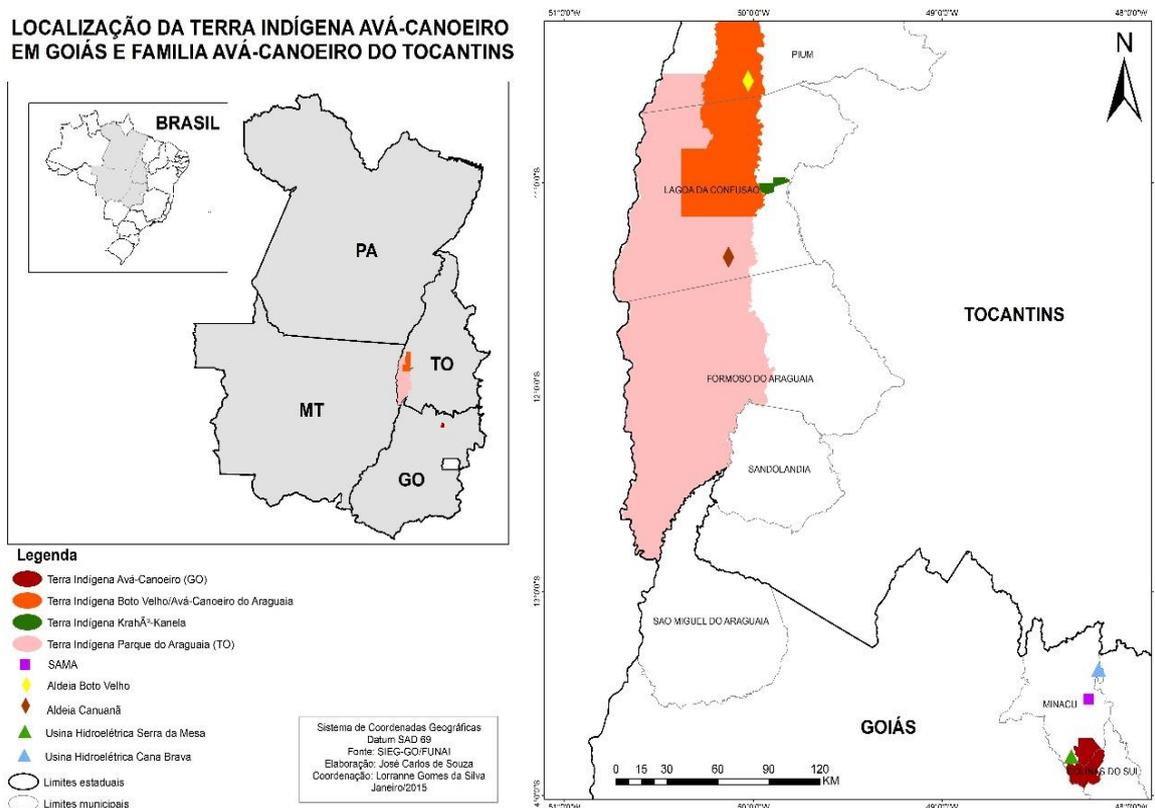
⁷ Tipo de canoa usada entre povos indígenas brasileiros, talhada em casca de árvore ou escavada a fogo.

Organizados em aldeias, os Avá-Canoeiro mantinham uma forte relação com os rios. Deslocavam-se com facilidade pelos rios, além de fazerem da pesca uma prática cotidiana. Entre as estimativas demográficas mais antigas sobre esse povo tem a de Toral (1984), afirmando existência de trezentos guerreiros. Os estudos de Moura (2006, p. 122) indicam um dado aproximado com o de Toral. Ela afirma que: “Antes da colonização do Brasil Central, os Avá deveriam ter aldeias com população não muito grande, possivelmente de 250 a 300 habitantes”, na região Goiás-Tocantins.

Os Avá-Canoeiro eram temidos porque resistiam e reagiam bravamente à dominação colonizadora que lhes era imposta; os não indígena; outros povos indígenas que consideravam inimigos e a todos aqueles que tinham como propósito a ocupação de suas terras e aliciamento em aldeamentos oficiais, e, desde então, passaram a ser perseguidos e massacrados.

Depois dos massacres sofridos e de todo o processo de dispersão espacial, atualmente, os Avá-Canoeiro estão divididos em duas famílias: uma habitando a bacia do Rio Araguaia em Tocantins, e outra habitando a bacia do Rio Tocantins em Goiás. O mapa 04 mostra a localização das duas famílias Avá-Canoeiro do rio Araguaia e do rio Tocantins.

Mapa 04: Localização das aldeias das famílias Avá-Canoeiro no estado do Tocantins e no estado de Goiás



Fonte: SIEG/GO/FUNAI, 2015

Esta divisão atual, apresentada no mapa 04, de acordo com os estudos de Rodrigues & Cabral (2012), remonta à dispersão dos Avá-Canoeiro pelo Centro-Oeste brasileiro⁸, e à subida de parte deste povo pelo rio Araguaia até a Ilha do Bananal, em meados de 1830.

Os estudos de Rodrigues (2012) mostram que a separação história entre as duas famílias sobreviventes do povo Avá-Canoeiro é de aproximadamente 180 anos⁹ a partir de relatos históricos e da biografia de migrações recentes pelos Avá-Canoeiro do rio Araguaia e do povo Javaé. Neste sentido, os Avá-Canoeiro do rio Araguaia não veem mais uma origem comum junto aos Avá-Canoeiro do rio Tocantins¹⁰.

Os conflitos e os massacres, que se sucederam em Goiás a partir da década de 1950, liderados por fazendeiros, foram responsáveis por uma quase dizimação dos Avá-Canoeiro. Destacase, pois, o que ocorreu aproximadamente no final da década de 1960 na região da Mata do Café, tal como conhecida pelos Avá-Canoeiro.

Foi apenas em 1983, depois de muitas tentativas de contato realizadas pela FUNAI e de aproximadamente vinte anos em fugas nas áreas de Cerrado, que os Avá-Canoeiro fizeram contato com um morador local¹¹. Logo, foram instalados na Terra Indígena Avá-Canoeiro (com 38 mil hectares) ao norte de Goiás, na margem esquerda do rio Tocantins, a 14 km da Usina de Serra da Mesa e a 10 km da Usina Hidrelétrica de Cana Brava. Em 2017, vivem em Goiás 08 pessoas¹².

⁸ A vinda dos Avá-Canoeiro pelos rios pode ser explicada ao considerar as migrações de povos Tupi-Guarani da Amazônia para o Cerrado do Centro-Oeste brasileiro, ainda no século XVIII, o que também ocorreu com o povo indígena Tapirapé.

⁹ Ao considerar esse tempo de separação entre os grupos, de aproximadamente nove gerações, não se sabe, ao certo, se viveram juntos o tempo nas aldeias e como eram as formas de parentescos dos grupos.

¹⁰ Ver tese de Silva(2016).

¹¹ Compreende-se que a família Avá-Canoeiro de Goiás viveu pelo menos três fases distintas em contextos tempoespaciais singulares: “*singrar rios*” se refere aos deslocamentos pelos rios e o tempo das aldeias no pré-massacre da mata do café (até a década de 1960); “*morar em cavernas*”, se refere ao período de fugas pelo Cerrado do norte goiano no pós-massacre (1960 até 1983) e o “*furar jatóka*” se refere à memória e atualização dos processos relacionados à cultura material no período em Terra Indígena (de 1983 até 2017)¹¹, ver tese de Silva (2016).

¹² Niwatima Avá-Canoeiro casou-se com um índio Tapirapé (Parazinho) e com ele teve três filhos (Pantxeo; W’iroi e Kaugu). Mora também na aldeia como já mencionado o professor da escola indígena Iranildo Tapirapé e sua família (esposa e três filhos).

A UHE de Serra da Mesa é o maior do Brasil em volume de água, formou um lago que ocupa uma área maior que da cidade de São Paulo (1. 784 Km²), com 54,4 bilhões de m³. Chega a atingir 70 metros de profundidade e inundou partes de 08 municípios goianos.

Além dos danos e impactos ambientais locais advindos da construção de Serra da Mesa, o lago inundou 10% da T.I Avá-Canoeiro, o equivalente a 3.163 hectares da terra. Em compensação à “invasão” criou-se os convênios de Furnas (administradora da UHE) com a FUNAI, pautados no Programa Avá-Canoeiro (PAAC) e no repasse em Royalties (PCIAC) e no PACTO (Programa Avá-Canoeiro do Tocantins).

O PAAC é deliberado por convênios, os primeiros foram de nº 023/1986 e nº 10.323/1992 e o último foi assinado em 2012. Cada convênio tem valor aproximado de seis milhões de reais, geridos pela FUNAI.

Depois da assinatura dos convênios, a família Avá-Canoeiro de Goiás, apesar de milionária, sofre durante anos a tutela da FUNAI, bem como a negação de sua autonomia, sobretudo, na gestão de seus recursos (SILVA, 2005). E mesmo que os Avá-Canoeiro tenha um território vasto, além de Furnas, é comum o uso de recursos de suas terras por fazendeiros, posseiros e pessoas de cidades próximas, como também por lavradores, turistas, caçadores, pescadores, carvoeiros, garimpeiros, entre outros.

Os sucessivos massacres, em especial, o da Mata do Café, na década de 1960, foram cruciais para as alterações socioculturais dos Avá-Canoeiro do Tocantins. Portanto, a sobrevivência no pós-massacre pode ter fortalecido essa família, sobretudo, com o casamento e nascimento dos filhos da Niwatxima; com a implementação da escola indígena (2016); com as mudanças de gestão da FUNAI; com a presença dos Tapirapé na aldeia; entre outros fatores.

Nota-se que a dor, os traumas e o medo tem ganhado, aos poucos, outras dimensões. Contudo, reproduzir a vida e a cultura com uma população diminuta, ter vida “controlada e vigiada” pela FUNAI e negociada por Furnas, fortalecer a língua e a cultura, manter a escola indígena e ter autonomia são ainda desafios da família Avá-Canoeiro do Tocantins.

DESAFIOS DE RE(EXISTÊNCIA)

Atualmente, (re)existe em Goiás três povos indígenas aldeados, como vimos, e cada qual com modos de vida específicos, lutas, pressões, enfrentamentos diferentes direcionados ao território e a vida indígena.

No período da colonização a resistência indígena se dava pelas fugas dos aldeamentos missionários; o domínio religioso; cativeiros; ataques; massacres; genocídios; prisões; ações de pistoleiros e jagunços; e inúmeras ações de violência. Assim, nota-se que a resistência era sobretudo, física e cultural. No século XXI, além da resistência física, a permanência em seus territórios, a proteção de sua cultura e familiares, a reprodução da vida indígena; a invasão de suas terras, permanecem como contínuos.

Mesmo com a Constituição Federal de 1988 assegurando aos povos indígenas o direito de exercerem livremente suas culturas e os direitos aos seus territórios de origem e as terras que ocupam, assim como o uso de seus recursos os conflitos com latifundiários, madeireiros, garimpeiros, empresas privadas e estatais continuam.

A ausência do Estado no que tange aos direitos indígenas e as negociações que envolvem os megaprojetos de Usinas Hidrelétricas; linhas de transmissão de energia; estradas e rodovias; mineração; criação de gado; explorações de solo; madeireiros; turismo não planejado; agronegócio e monoculturas; biopirataria; entre outros, estão presentes em várias Terras Indígenas no Brasil e reforçam a dimensão de ameaça à vida e à cultura desses povos.

Nas realidades apresentadas nesse estudo, além da redução demográfica; da fragmentação do território, da migração; do cerceamento dos grandes latifundiários; tem-se a presença da Usina Hidrelétrica de Serra na Mesa na T.I Avá-Canoeiro; atividades turísticas não planejadas na T.I Karajá e criação de gado na T.I do povo Tapuio.

Frente essas e outras realidades assistidas no século XXI, é notável a ameaça aos poucos direitos conquistados e garantidos para os povos indígenas no Brasil, em relação a reprodução da vida e sua cultura.

Frente a esse contexto, os principais elementos de luta pela recuperação, demarcação e garantia das Terras Indígenas une os povos, ou pelos menos são temas nas pautas das reuniões

indígenas de norte a sul do país, observadas em novas formas de organizações indígenas para encarar os enfrentamentos e desafios apontados. Para Cunha (1993, p.01):

O futuro dos índios no Brasil dependerá de várias opções estratégicas, tanto do Estado brasileiro e da comunidade internacional quanto das diferentes etnias. Trata-se de parceria. As populações indígenas têm direito a seus territórios por motivos históricos, que foram reconhecidos no Brasil ao longo dos séculos.

Contudo, (re)existir, nesse contexto, continua sendo um desafio imposto desde o período colonial e que foi sendo atualizado sob várias formas de violência até os dias de hoje. (Re)existir é garantir a sobrevivência dos povos indígenas, bem como as condições mínimas para a preservação da sociobiodiversidade que envolve os saberes e práticas culturais e todos os elementos que compõem a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos povos indígenas Tapuio, Karajá e Avá-Canoeiro e suas terras para o território goiano é indiscutível. Suas terras guardam muitas riquezas e protegem a biodiversidade do pouco cerrado que ainda resta em Goiás.

Os desafios que cada povo tem são peculiares desde o período do contato e continuam sendo, sobretudo as questões que tange ao território indígena.

As possibilidades para re (existir) referente aos povos indígenas aqui estudados se caracterizam pelas parcerias que cada povo tem adotado com Ong's; Instituição de Ensino Superior; o investimento na educação escolar indígena; o reforço da língua materna; as diversas estratégias para o fortalecimento da cultura e para a inserção no mundo moderno.

E ainda, os projetos peculiares a cada povo, com ou sem auxílio financeiro externo: no caso dos Karajá os que propõem o turismo ecológico e o fortalecimento da confecção dos artesanatos; nos Tapuio a fábrica de farinha e a horta comunitária; a escola Indígena *Ikatoté* nos Avá-Canoeiro, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa (Orgs.). *Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Estudos Históricos: Anais da Província de Goiás*. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico, e Etnográfico do Brasil. Tomo XXVII, Parte Segunda. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor. 3º trimestre de 1864.

APOLINARIO, Juciene Ricarte. *Akroa e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.

BORGES, J. C. P.O. *Estado e Políticas Públicas: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano*. Goiânia, GO, 2007.

BORGES, Sylvania Maria Sandoval. *Os Tapuio do Carretão/GO: uma reflexão sobre sua história e a educação escolar – memórias e experiências*. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, Goiânia, 2013

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *O Reconhecimento Indígena Além Do Direito: uma referência ao Povo Indígena Tapuia do Carretão*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 25, n. 4, p. 573-584, out./dez. 2015

CHAIM, Mariovan Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749 – 1811*. 2ª ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Conferência*. Universidade de São Paulo - USP feita pela autora em 28 de setembro de 1993.

_____. O futuro da questão indígena. Estudos Avançados, 2012.

GOMES, Horieste; NETO, Teixeira; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia: Goiás-Tocantins*. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. *Censo Demográfico dos Povos Indígenas no Brasil*, 2010.

_____. Terras Indígenas no Brasil. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso: 15/09/2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso: 10/09/2015.

LIMA, Sélvia Carneiro de. *A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do cerrado goiano*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudo Sócio-ambientais – UFG, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

MOURA, Marlene Castro Ossami. Os Tapuios do Carretão In: MOURA, Marlene Castro Ossami de. (coord). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, pp 153-220, 2006.

NUNES, Benedito Heidegger. *Ser e tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

POHL, J. Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia. Coleção Reconquista do Brasil, 14, 1976.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1985/1984.

_____. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: Cabral, Ana Suelly A. C. Aryon Dall'Igna Rodrigues. (Org.). *Línguas Indígenas Brasileiras: fonologia, gramática, história*, vol. I, p.327-337. Belém: EDUFPA, 2002.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo de cativo*. In: Anuário Antropológico, 2013.

SALERA JÚNIOR, G. MALVASIO, A.; GIRALDIN, O. *Relações cordiais*. Ciência Hoje, 39 (226): 61-63. 2006.

SESAI. Secretaria da Saúde Indígena. Posto Local, cidade de Minaçu/Goiás, 2016.

SILVA, Lorraine Gomes da. *Singrar rios, morar em cavernas e furar jatoká: ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudo Sócio-ambientais – UFG, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

SILVA, A. R. da. *Formação etnocultural do léxico Tapuia*. Trabalho de Conclusão de Curso, Educação Intercultural, Núcleo Takinahakÿde Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, 2012.

SILVA, Cristian Teófilo. *Cativando Maira: a sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Rio Tocantins*. Tese de doutorado. Brasília. Faculdade de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

TORAL, André Amaral de. *A Pintura corporal karajá contemporânea*. In: VIDAL, L. (Org.). Grafismo indígena. São Paulo: Edusp: Nobel, p. 191-208, 1992.

_____. *Situação e perspectiva de sobrevivência dos Avá-Canoeiro*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1984.

TRINDADE, Israel Elias. *O fenômeno da Monotongação no Português Tapuio*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Banco de teses e dissertação da UFG. 2009.

_____. *O português como língua indígena: o fenômeno da monotongação como elemento de construção da identidade Tapuia*. Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.



Submissão: 14 de novembro de 2017
Avaliações concluídas: 26 de abril de 2018
Aprovação: 11 de maio de 2018

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

SILVA, L. G.; LIMA, S. C.; SOUZA, E. A. Povos Karajá, Tapuio E Avá-Canoeiro: Desafios De (Re)Existência. Revista *Temporis* [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 18, N. 01, p. 146-171 de 269, jan/jun, 2018. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >